

O custo de pessoal do poder judiciário no Rio Grande do Sul

Com a aprovação da PEC do quinquênio, o gasto anual do RS com a folha salarial dos membros do poder judiciário e Ministério Público pode chegar a R\$ 1,1 bilhão.

PIB do Brasil avança 1,0% no 1º trimestre de 2022

Perspectiva é de uma alta de 1,3% em 2022, devido os bons números do mercado de trabalho e programas de incentivo ao consumo das famílias.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/indicadores-e-estudos-economicos

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

O custo de pessoal do poder judiciário no Rio Grande do Sul

Com a aprovação da PEC do quinquênio, o gasto anual do RS com a folha salarial dos membros do poder judiciário e Ministério Público pode chegar a R\$ 1,1 bilhão.

O início de 2022 foi marcado pela pressão dos servidores públicos por reajustes salariais, após dois anos de folhas de pagamentos congeladas pelo advento da PEC Emergencial. No fervor dessas discussões, entrou no páreo da Câmara Federal a atuação de grupos de interesses para a aprovação da PEC 63/2013, conhecida como PEC do quinquênio.

Esse projeto de Emenda à Constituição, institui uma parcela adicional de remuneração por tempo de exercício para membros do Ministério Público (MP) e Magistratura da União e dos Estados, servidores que já dispõem de vencimentos muito acima da média, até para os padrões do setor público. O valor mensal a receber é calculado na razão de 5% sobre a remuneração dos respectivos cargos a cada 5 anos de exercício da função, com adicional máximo de 35%. Também é estabelecido a possibilidade de considerar a contagem total de tempo de exercício em carreiras jurídicas.

A pauta é prejudicial para as finanças dos Estados, principalmente para aqueles que estão sob o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), como no caso do Rio Grande do Sul. A adoção ao RRF, impôs ao Estado gaúcho inúmeros compromissos fiscais, também no âmbito de pessoal, para ser possível o pagamento das parcelas da dívida com a União. Dessa maneira, aumentar recursos para aqueles que já estão com bons salários e dispõem de inúmeros benefícios é ignorar qualquer comprometimento com o projeto de estabilidade financeira do RS, além de gerar margem para reivindicações salariais dos demais servidores.

Pela seriedade do assunto, buscamos estimar o impacto fiscal da PEC 63/2013 sobre as contas fiscais do RS. Para o cálculo foi preciso considerar 3 variáveis: número de magistrados, promotores e procuradores atuantes no Estado, remuneração média e tempo de exercício na função. O portal de Transparência de Pessoal do RS não disponibiliza os dados de tempo de exercícios dos membros do Tribunal de Justiça, por esse motivo optamos por utilizar os dados da RAIS de 2020. Vale ressaltar que, o cálculo envolve somente os servidores ativos e não considera o tempo total de carreira jurídica dos servidores, apenas o da função (prescrito no Art. 39 § 10 da PEC 63/2013).

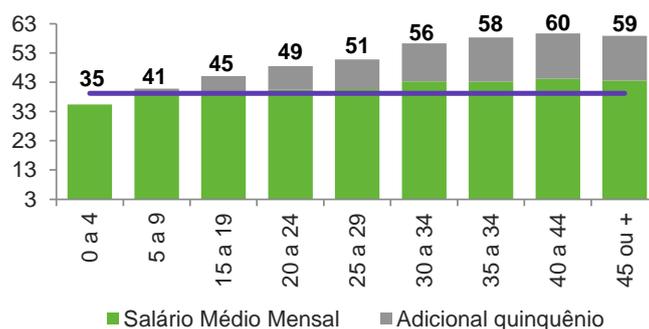
Segundo dados da RAIS, em 2020 o RS atuava com cerca de 1.257 magistrados, que recebiam, em média, remunerações mensais entre R\$ 33,5 mil e R\$ 39,7 mil e 687 procuradores e promotores do MP, com salários entre R\$ 30,4 mil e R\$ 37,9 mil ao mês. Só naquele ano, o RS desembolsou cerca de R\$ 824,7 milhões (R\$ 959,4 milhões a preços de abr/2022) apenas para o pagamento dos salários do alto escalão do poder judiciário.

Com possibilidade de aprovação da PEC, os

adicionais salariais irão variar entre R\$ 2,9 mil e R\$ 16,2 mil mensais, conforme o tempo de exercício. Já o dispêndio aos cofres públicos, se considerado os últimos 6 meses de 2022, será de R\$ 87,5 milhões, enquanto o impacto anual sobre as contas de 2023 (considerando INPC a 7,3%) será de R\$ 187,9 milhões. O custo total de salários dos membros do judiciário e MP poderá chegar a R\$ 1,1 bilhão, 18,7% acima do gasto atual. Em termos comparativos, a folha de pagamento de 23.514 professores do ensino médio, primário, anos finais e iniciais em 2021 foi de R\$ 0,9 bilhão (a preços de abr/2022). Adicionalmente, nota-se pelo gráfico abaixo, que a média remuneratória dos membros do Ministério Público, caso aprovado a PEC do quinquênio, passaria do teto do funcionalismo (R\$ 39,2 mil ao mês) a partir do 5º ano de atuação, algo que ocorreria após os 20 anos sem a ação do projeto. Com relação os salários dos magistrados, permaneceriam recebendo acima do teto após 5 anos de função.

Remuneração média dos membros do MP

(Em mil R\$ | Preços de 2022)



Impacto Fiscal no RS da PEC 63/2021

(Em mil R\$ | preços de abril/2022)

Tempo de Emprego (anos)	Remuneração Média (mês)	Adicional PEC 63/2013 (mês)	Impacto Fiscal (no ano)
Magistrados			
0 a 4	39,1	-	-
5 a 9	42,3	2,1	4.164,1
10 a 14	40,6	4,1	7.987,9
15 a 19	41,8	6,3	18.499,1
20 a 24	41,2	8,2	22.956,0
25 a 29	43,7	10,9	21.115,0
30 a 34	42,5	12,7	23.079,4
35 a 39	39,2	13,7	8.737,0
40 a 44	46,4	16,2	2.339,3
45 a 49	45,3	15,8	760,7
Procuradores			
0 a 4	35,5	-	-
5 a 9	38,9	1,9	2.076,9
10 a 14	0,0	0,0	0,0
15 a 19	39,2	5,9	10.171,2
20 a 24	40,5	8,1	16.798,2
25 a 29	40,7	10,2	9.394,3
30 a 34	43,3	13,0	21.513,0
35 a 39	43,2	15,1	3.629,2
40 a 44	44,2	15,5	1.858,3
45 a 49	43,6	15,3	366,3
TOTAL GERAL	-	175,1	175.445,9

Fonte: RAIS. FIERGS/UEE.

PIB do Brasil avança 1,0% no 1º trimestre de 2022

Perspectiva é de uma alta de 1,3% em 2022, devido os bons números do mercado de trabalho e programas de incentivo ao consumo das famílias.

O PIB do Brasil cresceu 1,0% no primeiro trimestre de 2022 em relação ao quarto trimestre de 2021, na série com ajuste sazonal. Esse resultado, posiciona a economia 1,6% acima do patamar pré pandemia (4º tri. de 2019), no entanto, 1,7% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica do país (1º tri. de 2014). O crescimento só foi possível pela desenvoltura do setor de serviços (+1,0%), enquanto a Indústria manteve-se estável (+0,1%) e a Agropecuária apresentou queda (-0,9%).

Na comparação com o mesmo trimestre de 2021, o PIB cresceu 1,7% no 1º tri. de 2022. O maior destaque foi o forte crescimento dos Serviços (+3,7%), influenciado, principalmente, por Outras atividades de serviços (+12,6%), que englobam serviços de alojamento, alimentação, culturais, profissionais, dentre outras. Esse desempenho positivo veio na esteira da flexibilização das restrições à pandemia, volta das atividades presenciais e grande retomada de eventos corporativos e sociais. Além disso, a expansão da renda disponível das famílias (pelo advento da promulgação do Auxílio Brasil) e os bons números do mercado de trabalho (a taxa de desemprego atingiu 11,1% no 1º trimestre de 2022, recuo de 3,8 p.p. em relação ao mesmo trimestre de 2021), também desempenharam papel fundamental no crescimento do setor terciário.

A Indústria recuou 1,5% neste trimestre em relação a igual período de 2021. Dentre as atividades industriais, duas tiveram destaque positivo e foram responsáveis por atenuar o desempenho negativo do setor: Construção (+9,0%), destaque para sua quinta alta consecutiva, e Energia e saneamento (+7,6%). A Indústria de Transformação, por sua vez, recuou 4,7%, resultado do baixo desempenho da fabricação de máquinas e aparelhos elétricos, produtos de metal, borracha e material plástico. Houve recuo também na Indústria Extrativa (-2,4%) devido à queda na extração de minério de ferro.

A Agropecuária registrou queda de 8,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Este resultado pode ser explicado pelo fraco desempenho de algumas culturas que possuem safras relevantes no primeiro trimestre: soja (-12,2%), arroz (-8,5%) e fumo (-7,3%), resultado das condições climáticas adversas, principalmente no Sul do país com o advento da forte estiagem. Em contrapartida, a cultura do milho apontou ganho de produtividade e produção.

Pela ótica da demanda, ainda na comparação com o primeiro trimestre de 2021, o destaque foi o forte recuo dos investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo) em 7,2% – após 5 trimestres de crescimento consecutivo –, influenciado pela queda na produção interna e na importação de bens de capital. Por outro lado, tanto o

consumo das famílias (+2,2%), como o do governo (+3,3%) avançaram, resultado da expansão da massa de renda disponível e da flexibilização da pandemia. No setor externo, as Exportações apresentaram alta de 8,1%, ao passo que as Importações recuaram 11,0%.

Por fim, no acumulado em quatro trimestres, o PIB avançou 4,7%. Nessa base, pelo lado da produção, os Serviços apresentaram uma variação de 5,8%, enquanto a Indústria (+3,3%) avançou menos e a Agropecuária (-4,8%) obteve desempenho negativo. Sobre o resultado da Indústria, destaca-se o desempenho positivo de todas as atividades: Construção (+11,3%), Indústrias Extrativas (+3,2%), Indústria da Transformação (+2,0%) e Eletricidade e saneamento (+1,3%).

Para o próximo trimestre esperamos outro resultado positivo, principalmente devido às medidas de expansão da renda efetuadas pelo Governo Federal (A saber: Saque Extraordinário do FGTS, que deve injetar R\$ 30 bi na economia e adiantamento do 13º salário para aposentados e pensionistas do INSS em montante igual a R\$ 56,7 bi) e da continuidade dos bons números do mercado de trabalho, o qual devem fornecer suporte para o consumo a despeito da inflação pressionada. No entanto, a atividade deve arrefecer nos últimos dois trimestres do ano quando, sob inflação e juros elevados, os efeitos da reabertura da economia e medidas de incentivo ao consumo tendem a se dissipar. Outros pontos que pesarão sobre a atividade no segundo semestre do ano serão as incertezas do cenário político brasileiro, e o menor crescimento global.

Diante do resultado do cenário mais positivo no primeiro semestre, revisamos nossa expectativa de crescimento da economia brasileira para 1,3% ao final de 2022.

PIB – Brasil (Var. % real)

	1ºtrim22/ 4ºtrim21*	1ºtrim22/ 1ºtrim21	Acum. em 4 trim.
PIB	1,0	1,7	4,7
OFERTA			
Agropecuária	-0,9	-8,0	-4,8
Indústria	0,1	-1,5	3,3
Extrativa mineral	-3,4	-2,4	3,2
Transformação	1,4	-4,7	2,0
Energia e saneamento (SIUP)	6,6	7,6	1,3
Construção civil	0,8	9,0	11,3
Serviços	1,0	3,7	5,8
DEMANDA			
Consumo das famílias	0,7	2,2	4,6
Consumo da adm. pública	0,1	3,3	3,8
Formação bruta de capital fixo	-3,5	-7,2	10,1
Exportação de bens e serviços	5,0	8,1	7,4
Importação de bens e serviços (-)	-4,6	-11,0	7,0

Fonte: IBGE. *Com ajuste sazonal

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	1,3	0,4	3,8	-0,2	2,2
Indústria	0,7	-0,7	-3,4	4,5	0,4
Serviços	2,1	1,5	-4,3	4,7	1,9
Total	1,8	1,2	-3,9	4,6	1,3
Produto Interno Bruto Real (Em trilhões correntes)					
Em R\$	7,004	7,389	7,468	8,679	9,347
Em US\$ ²	1,916	1,873	1,448	1,609	1,782
Inflação (% a.a.)					
IGP-M	7,6	7,3	23,1	17,8	12,3
INPC	3,4	4,5	5,4	10,2	7,0
IPCA	3,7	4,3	4,5	10,1	7,1
Produção Física Industrial (% a.a.)					
Extrativa Mineral	0,0	-9,7	-3,4	1,1	1,2
Transformação	1,1	0,2	-4,6	4,3	1,9
Indústria Total³	1,0	-1,1	-4,5	3,9	1,5
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	2,2	13,0	36,6	140,9	25,6
Indústria	23,9	97,2	148,9	719,9	157,8
Indústria de Transformação	1,2	13,2	47,8	439,0	109,7
Construção	11,4	70,7	97,7	244,8	37,3
Extrativa e SIUP ⁴	11,2	13,3	3,5	36,2	10,8
Serviços	520,2	533,8	-377,0	1.869,8	430,4
Total	546,4	644,1	-191,5	2.730,6	613,8
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	11,7	11,1	14,2	11,1	10,5
Média do ano	12,4	12,0	13,8	13,2	11,4
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	231,9	221,1	209,2	280,4	295,9
Importações	185,3	185,9	158,8	219,4	226,4
Balança Comercial	46,6	35,2	50,4	61,0	69,5
Moeda e Juros					
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	6,50	4,50	2,00	9,25	13,25
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ⁵	17,1	4,0	28,9	7,4	-0,5
Taxa de Câmbio – Final do período (R\$/US\$)	3,87	4,03	5,20	5,58	5,55
Setor Público (% do PIB)					
Resultado Primário	-1,6	-0,8	-9,4	0,8	-1,0
Juros Nominais	-5,4	-5,0	-4,2	-5,2	-6,5
Resultado Nominal	-7,0	-5,8	-13,6	-4,4	-7,5
Dívida Líquida do Setor Público	52,8	54,7	62,5	57,3	62,3
Dívida Bruta do Governo Geral	75,3	74,4	88,6	80,3	83,1

Fontes: IBGE, BCB, FGV, ME, MTP, STN. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ Não considera a Construção Civil e o SIUP. ⁴ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁵ Variação em relação ao final do período anterior.

Informações sobre as atualizações das projeções:

- Alteramos a projeção da taxa de crescimento do PIB.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	-7,1	3,0	-29,5	67,5	-40,0
Indústria	2,8	0,2	-5,6	9,7	-1,4
Serviços	2,6	0,8	-4,6	4,1	0,5
Total	2,0	1,1	-6,8	10,4	-4,0
Produto Interno Bruto Real (Em bilhões correntes)					
Em R\$	457,294	482,464	480,173	582,968	599,384
Em US\$ ²	125,108	122,282	93,107	108,059	114,249
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	-1,4	-0,1	0,5	3,4	0,9
Indústria	1,5	-5,5	-0,2	47,5	9,2
Indústria de Transformação	0,9	-1,5	0,1	42,9	7,4
Construção	0,9	-4,0	-0,2	5,2	1,4
Extrativa e SIUP ³	-0,2	0,0	0,0	-0,7	0,4
Serviços	20,4	26,0	-42,9	89,4	19,0
Total	20,5	20,4	-42,5	140,3	29,2
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	7,5	7,3	8,6	8,1	7,6
Média do ano	8,2	8,1	9,3	8,7	8,1
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	21,0	17,3	14,1	21,1	22,4
Industriais	15,1	12,5	10,5	14,1	15,1
Importações	11,3	10,3	7,6	11,7	12,8
Balança Comercial	9,8	6,9	6,5	9,4	9,6
Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)					
	34,8	35,7	36,2	45,7	49,5
Indicadores Industriais (% a.a.)					
Faturamento real	2,7	3,0	-3,1	8,7	1,6
Compras industriais	10,0	-2,7	-5,5	31,0	4,2
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	1,6	0,7	-4,6	5,7	0,3
Massa salarial real	-1,3	-0,8	-9,3	4,6	0,4
Emprego	0,9	0,0	-1,9	6,7	1,4
Horas trabalhadas na produção	0,0	-1,0	-5,7	15,1	3,3
Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS	2,6	0,1	-4,8	12,8	1,7
Produção Física Industrial⁴ (% a.a.)					
	5,9	2,5	-5,5	8,8	1,0

Fontes: DEE/Seplag-RS, IBGE, BCB, ME, MTP, SEFAZ-RS, UEE/FIERGS. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁴ Não considera a Construção Civil e o SIUP.

Informações sobre as atualizações das projeções:

Não houve alterações.